

Criando heróis e mitos: o elemento simbólico na construção do nacionalismo no Brasil e Uruguai (Tiradentes e Artigas)

RUI BRAGADO SOUSA*

Resumo: Este artigo busca interpretar, de maneira geral, através da História Comparada, o processo de formação da nacionalidade brasileira e uruguaia a partir do mito de origem, ou do herói nacional. Respeitando as vicissitudes e particularidades de cada Nação e, sobretudo, a complexidade do debate que engendra esta temática na Região Platina, foram traçados alguns paralelos, ainda que distantes, entre ambas as nacionalidades e alguns pontos em comum que, trabalhados comparativamente, auxiliam a interpretação acerca do simbolismo dos projetos de Nação, que alguns teóricos chamaram de “comunidades imaginadas”. Este simbolismo, pautado na figura do herói, reproduz certo sentimento de pertencimento da população a determinado projeto de governo, no caso o republicano; também produz a identificação de ideias, pontos de referência e identificação coletiva. Aliados ao *corpus* de instituições que tentam legitimar e dar legalidade ao governo, como religião, idioma, e intervenção pública, a figura mitológica do herói representou, tanto no Brasil como no Uruguai, um ponto determinante na segunda metade do século XIX, no projeto positivista de construção da Nação.

Palavras-chave: Nações; Nacionalismo; Mito de Origem; Tiradentes; Artigas, Benedict Anderson.

Abstract: This article seeks to interpret, in general, through the Comparative History, the process of formation of the Uruguayan and Brazilian nationality from the myth of origin, or national hero. Respecting the events and circumstances of each nation, and especially the complexity of the debate that this issue engenders in the Platina Region, some parallels, though distant, were drawn between both nationalities and some commonalities that, worked comparatively, assist the interpretation about the symbolism of the Nation projects, which some theorists have called "imagined communities". This symbolism, based on the figure of the hero, reproduces in the population certain feelings of belonging to a particular government project, in this case Republican; it also produces the identification of ideas, points of reference and collective identification. Allied to the *corpus* of institutions that try to legitimize and give legitimacy to the government, such as religion, language, and public apparatus, the mythological figure of the hero represented, both in Brazil and in Uruguay, a crucial point in the second half of the nineteenth century, in the positivist project of nation-building.

Key words: Nations; Nationalism; Myth of Origin; Tiradentes; Artigas; Benedict Anderson.



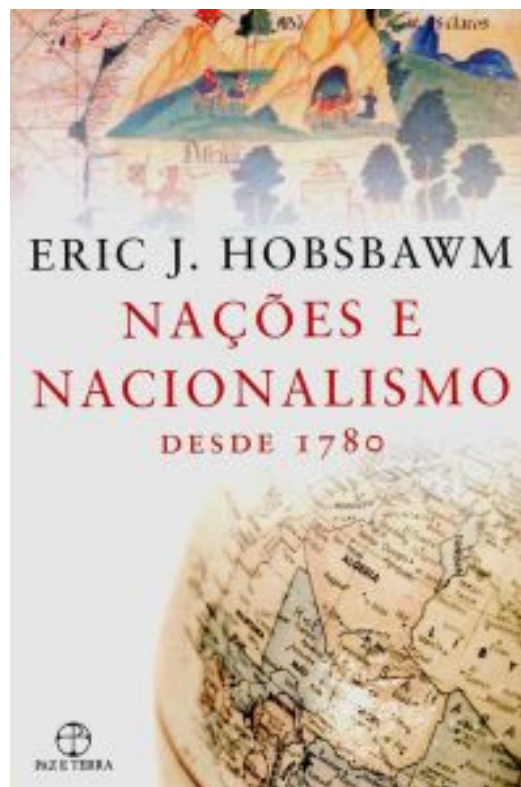
* RUI BRAGADO SOUSA é mestrando em História (UEM).

*Entender mal a história
é parte essencial de se tornar nação*
(Ernest Renan).

O eminente historiador Eric Hobsbawm sempre foi taxativo quanto aos (maus) usos e abusos da História e sua apropriação política como instrumento de construção de identidades e nações. “O passado legitima – escreve ele em *Sobre História*. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”. Para os objetivos deste artigo, essa citação é de grande relevância. Ainda que exista um debate e campos de estudo abertos quanto ao conceito de formação das nacionalidades na América do Sul, especificamente na região platina, os trabalhos teóricos de Hobsbawm e de Benedict Anderson vêm a dissipar a nuvem de fumaça (política) que encobria a produção historiográfica no calor dos acontecimentos, na segunda metade do século XIX.

Em *A Invenção das Tradições*¹, o marxista britânico afirma que as sociedades que se desenvolveram após a Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções ou rotinas com uma frequência muito maior que antes. “Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica”, por exemplo, através da

¹ Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulada por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma comunidade em relação ao passado (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 09).



criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real, seja pela lenda, ou pela invenção (HOBBSAWM, 1997, p. 11).

Extrapolando o termo “invenção”, Benedict Anderson (2008, p. 17) utiliza o conceito e título de seu trabalho, de *Comunidades Imaginadas*. Para este autor, mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para “alma” e constituem objetos de desejos e projeções. O que o livro de Anderson comprova é o processo como se constroem solidariedades, e como, a partir do momento em que a nação é imaginada, ela é então modelada, adaptada e transformada. “A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político (...)”. Nesse sentido, as comunidades imaginadas seriam representações construídas pelos sujeitos históricos.

Apesar do alcance teórico que as obras de Anderson e Hobsbawm tiveram na

historiografia recente sobre nacionalismo e nacionalidade, não existe consenso acerca deste debate. Outros autores questionam conceitos como “invenção” ou “imaginação” no processo de construção dos modernos Estados-Nação. Francisco Carlos Teixeira, um importante historiador contemporâneo, chegou a afirmar que a obra *Nações e Nacionalismo* é um livro equivocado. O posicionamento de Teixeira deve-se, sobretudo, a análise de Hobsbawm dos nacionalismos europeus da segunda metade do século XIX, como sendo notadamente frutos de um modo de produção específico, o capitalismo monopolista, tendo o Estado como seu principal mantedor. Teixeira argumenta que as diversas etnias européias são o principal fator determinante para a irrupção do nacionalismo.

No caso específico deste artigo, tal debate torna-se pouco relevante, tendo em vista que as etnias latino americanas seriam indígenas, e portanto, quase irrelevantes no processo de construção que estamos analisando.² Ainda que o herói indígena esteja sempre na pauta das discussões, no romantismo da geração indigenista, fica restrito aos círculos românticos. O herói aqui abordado está repleto de ressignificações, deve agradar a maioria e ter identificação com a população a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não

promova o culto aos seus heróis e não possua seu panteão cívico.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2005, p. 55), historiador renomado nos estudos do Segundo Império brasileiro e transição para República, “a falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica”, mas pondera que “como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico”. Essas dificuldades são relativizadas pelas diversas artimanhas dos regimes políticos no sentido de criar na mentalidade coletiva um sentimento de pertencimento e identificação do cidadão com o herói e, conseqüentemente, com o regime vigente. Dentre essas manobras políticas podem ser mencionados os feriados nacionais, a nomenclatura de ruas, praças, esculturas, e até, em ambos os casos, de nomes de cidades.

É nesse sentido que se torna pertinente a proposta desde artigo, em relacionar e identificar os elementos simbólicos, de forma comparada, entre Brasil Uruguai, no caso específico, de Tiradentes e Artigas. A figura quase mítica do herói engendra e estrutura uma espécie de “poder simbólico”³, quase

² A palavra “irrelevante” pode induzir ao erro interpretativo. Sabe-se que autores do período romântico tentaram resgatar a memória indígena associando-as a elementos portugueses, é o caso, por exemplo, de “O Guarani” de José de Alencar e das tentativas de recuperar a imagem e memória de Tupac-Amaru como pioneiro das lutas de independência na América do Sul. Todavia, como estamos trabalhando especificamente o século XIX, a palavra “irrelevante” tem pertinência, porém, sem exageros.

³ O estudo mais elaborado sobre o poder simbólico é de Pierre Bourdieu. “O poder simbólico está em toda parte (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido, o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Em suma, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o

imperceptível, supostamente inconsciente, ainda que notoriamente consciente para aqueles que detêm o poder político de determinado regime.

Tiradentes, de coadjuvante a herói e mártir

Os estudos acerca da Inconfidência Mineira⁴ estão bastante avançados, embora de forma alguma esgotados. Ocorreu na região das Minas Gerais, no chamado “ciclo do ouro”⁵ no século XVIII, por diversas causas, sendo a mais importante o constante aumento de impostos da Coroa portuguesa e, em decorrência disso e da decadência das minas, no empobrecimento daquela região. Além dos impostos, Portugal havia proibido a instalação de manufaturas na colônia, causando endividamento dos produtores e proprietários. Dentre os vários impostos os mais importantes eram o “quinto”, ou seja, vinte por cento de toda a produção deveria ser endereçada diretamente para Portugal; a “finta”, que instituiria o rendimento médio de impostos não deveria ser inferior a 100 arrobas por ano; e, finalmente, a “derrama” decretara que se o imposto não atingisse a meta de 100 arrobas, os tributários deveriam compensar a meta com seus próprios bens.

sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social” (BOURDIEU, 2009, p. 7, 8 e 9).

⁴ A palavra “inconfidência” significa infidelidade. Difere-se, portanto de conjuração que remete a conspiração. Foi considerado um crime de lesa-majestade, por se insurgir contra a Coroa portuguesa em 1789.

⁵ A quantidade de ouro retirado de Minas Gerais no século XVIII pelos portugueses foi maior que em toda a América espanhola em três séculos de exploração. Só no vintênio de 1741 a 1760, auge da produção aurífera, foram extraídas quase 300 toneladas de ouro, totalizando em todo aquele século 983 toneladas. É o que afirma Roberto Simonsen em *História econômica do Brasil* (SIMONSEN, 1978, p. 237).

Em julho de 1788, chegava a Vila Rica o novo governador, Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, com ordens expressas de lançar a derrama. “De 1774 a 1785 o rendimento médio do quinto havia sido de 68 arrobas por ano, para completar os impostos desses doze anos era necessário que a população contribuísse com equivalente a 384 arrobas de ouro” (HOLANDA, 1995, p. 98). Obviamente, a impossibilidade de pagamento da “dívida” exaltou uma população já bastante explorada pela metrópole. A organização da insurreição ou inconfidência foi arquitetada exclusivamente em ciclos proto-maçônicos⁶, tendo a adesão da maioria dos proprietários, militares e até padres. A Inconfidência foi, sem dúvida, um movimento elitista⁷, a participação

⁶ Proto, no sentido de que a primeira loja maçônica só foi instalada em 1806 no Rio de Janeiro. Portanto, mais de dezesseis anos após a eclosão Inconfidente. Contudo, pode-se dizer que as lideranças inconfidentes, ricos proprietários que mandavam seus filhos estudarem na Europa e portugueses de origem que vieram trabalhar no Brasil, como é o caso da principal figura da Inconfidência, Tomás Antônio Gonzaga, magistrado e ouvidor-mor da capitania, possivelmente a maior autoridade em direito na Colônia naquele período, tinham hábitos e costumes maçônicos.

⁷ E inspirada nas ideias do Iluminismo e da Independência dos Estados Unidos, republicana. Sabe-se que havia cópias da constituição de algum Estado Norte Americanos, como forma de modelo para o novo regime e até um exemplar de “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, publicado em 1776. Alguns especialistas no tema, citam até mesmo uma tentativa de aproximação, de um encontro de determinado inconfidente na Europa com Thomas Jefferson, futuro presidente estadunidense, pedindo apoio em caso de reação portuguesa após a revolta. A resposta de Jefferson teria sido negativa, afirmando que naquele momento os EUA não poderiam intervir ou auxiliar outros países, estando voltados para seu mercado interno e recuperação da longa guerra de independência contra a Inglaterra.

popular deveria ocorrer no momento da decretação da derrama, quando a população, supostamente, sairia as ruas dando vivas a República.

A falta de consistência ideológica não invalida o significado da Inconfidência Mineira. Era um sintoma de desagregação do Império português da América. A coroa bem o sentiu e tentou, por um castigo exemplar, deter a marcha do processamento histórico e impedir, pelo terror, que seus domínios seguissem o exemplo da América inglesa. Refletia, por outro lado, os impulsos de um povo que tomava consciência de sua realidade, suas particularidades e suas possibilidades. Nesse sentido foi nacionalista. Pode-se, portanto, considerá-la, sem hesitação, um movimento precursor da Independência do Brasil (HOLANDA, 1995, p. 125).

Nesse processo, encabeçado por militares de alta patente como Coronéis, magistrados como Tomás Gonzaga e o poeta Claudio Manoel da Costa, grandes proprietários, caberia a Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) a função perigosa de divulgar o movimento em busca de novos adeptos. Tiradentes ocupava nesse período o posto militar de Alferes ou subtenente e tinha um vasto conhecimento geográfico da região, assim como experiência com botânica e, claro, como dentista. De acordo com Kenneth Maxwell, um brasilianista e autoridade na análise inconfidente, a Inconfidência Mineira foi um movimento cujos participantes eram, na sua maioria, “magnatas” da região das Minas, movidos por motivos pessoais e que Tiradentes teria sido, de fato um “bode expiatório”. “Tiradentes teria sido um branco, ambicioso, sem propriedades, (...) produto típico da América portuguesa em busca de mobilidade vertical na estrutura social

sem demonstrar especial preocupação quanto ao modo de conseguí-la” (MAXWELL, 2001, p. 285).

Esta análise é contemporânea e supostamente imparcial, por se tratar de um inglês especialista na história do Brasil do século XVIII. Já o mineiro Marcio Jardim, também em obra recente (1989, p. 65), relativiza o papel de Tiradentes na Inconfidência, de acordo com Jardim, a historiografia nacional dificilmente reconhece seus heróis, antes os condena. A Inconfidência Mineira e seus mártires sofreram, durante o século XIX, um certo ostracismo, foram quase esquecidos e a importância e grandeza do movimento foram diminuídos. “Apenas com a proclamação da República em 1889 o cenário começa a mudar e, ainda hoje os verdadeiros patriotas sofrem com difamações.”

De fato a memória de Tiradentes foi quase esquecida durante o século XIX. Uma prova de que a História caminha de mãos atadas com a política, que em grande medida a metodologia de Walter Benjamin faz todo o sentido no que se refere a “escovar a História a contrapelo” ou nadar contra a corrente. Embora fosse popular, a Inconfidência era tema delicado após e chegada da Família Real ao Brasil em 1808 e em todo o período em que seus descendentes governaram o país, no Primeiro Império com D. Pedro I, e no Segundo com D. Pedro II. Afinal, o proclamador da independência era neto de Maria I, rainha de Portugal contra quem se tinham rebelados os Inconfidentes. O Brasil era uma monarquia governada pela casa de Bragança, ao passo que os Inconfidentes tinham pregado uma república americana.

A difamação ideológica⁸ de Tiradentes fica evidente nas obras dos historiadores oficiais do Segundo Império, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo a obra mais relevante de Joaquim Norberto, que descobriu importantes documentos como os *Autos da Devassa*, o processo crime contra os inconfidentes. Dos diversos condenados no processo, muitos ao degredo na África, os padres reclusos em conventos europeus, onze foram condenados a pena capital. Dentre eles Tiradentes e Tomás Gonzaga. Contudo, como condenar a morte importantes aristocratas com vínculos políticos em Portugal? O resultado do impasse foi a “clemência” da “generosa” rainha Maria aos condenados, menos um, Tiradentes. Nesse sentido ele foi, sem dúvida, um bode expiatório.

A literatura brasileira explorou o tema bem antes que a História a problematizasse. As poesias líricas de Tomás Gonzaga foram publicadas em 1840, dentre elas se destacam *Marília de Dirceu* e a sátira ao então governador das Minas, o Visconde de Barbacena, intitulada *Cartas Chilenas*. Em 1867 o poeta Castro Alves escreveu a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, inaugurando o debate sobre a liderança do movimento, mas o personagem de Tiradentes já aparece idealizado, o que aos poucos se imporia:

Ei-lo, o gigante da praça,
O Cristo da multidão!
É Tiradentes quem passa...
Deixem passar o Titão.⁹

⁸ Para os objetivos deste artigo pouco importa o verdadeiro papel de Tiradentes na revolta, seja como líder ou como mero coadjuvante. O determinante para os estudos de nacionalismo e mitos de origem é a apropriação que se fez a posteriori, da imagem do inconfidente.

⁹(Apud CARVALHO, 2005, p. 60).

Mas a aura mítica e o resgate histórico da memória de Tiradentes só se completaram com a transição do Império para a República em 1889. Após a proclamação da República intensificou-se o culto cívico e havia a necessidade de um panteão de heróis e símbolos que se identificassem com a mentalidade coletiva dos cidadãos. Diversos nomes rivalizaram com Tiradentes, como o próprio Marechal Deodoro da Fonseca, o líder dos republicanos; teóricos e intelectuais como Benjamin Constant; militares importantes como o Duque de Caxias, maior nome na Guerra do Paraguai, ou mesmo Bento Gonçalves, líder Farroupilha; ainda Frei Caneca, mártir da revolução pernambucana e da Confederação do Equador, fuzilado em 1823. No entanto, apenas Tiradentes reunira as qualidades do herói nacional, morrera com um crucifixo entre as mãos, beijando os pés do carrasco, as barbas dos tempos de prisão o assemelharam à figura do próprio Cristo (CARVALHO, 2005).

De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, não houve comoção popular no processo de proclamação da República, inversamente, tratou-se de um golpe militar, Dom Pedro II foi deposto do cargo. É importante ressaltar que a figura paterna do imperador, por si só já conotava um simbolismo específico da monarquia, ou seja, a identificação da população com o Rei (ou imperador), como figura divina, nesse sentido fomentava a unidade nacional.

Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e

as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência [...] (CARVALHO, 2005, p. 68).

Em suma, Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico religioso, como mártir integrador, portador da imagem do povo inteiro. Nesse sentido, já em 1890 fora decretado feriado nacional no dia 21 de abril, aniversário da morte do inconfidente. Na República laica, a figura mitológica, quase divina de Tiradentes mostrou-se fundamental para o êxito do novo regime, uma vez que “a religião é um antigo e destacado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade entre as pessoas que de outro modo não teriam nada em comum” (HOBBSAWM, 1990, p. 83). Sua memória foi sendo ressignificada no decorrer do século XX pelos diversos regimes que se seguiram após a República Velha, pelo Estado Novo de Vargas, pelos militares no período de ditadura e continua presente no imaginário social, de coadjuvante a mártir e herói, atualmente uma das personalidades mais importantes da história do Brasil.

Processo semelhante ocorreu no Uruguai, ainda que o nome de Artigas, diferente de Tiradentes, seja personalidade determinante nas lutas pela independência das províncias platinas, sua memória passou pelo mesmo processo de ressignificação; ora herói, ora vilão, piedoso e carrasco, mito ou farsa? É o que será desenvolvido a seguir.

Um bárbaro civilizado? A ambigüidade de Artigas

Discutir nacionalismo e nacionalidade já é tarefa complexa, sobretudo na região platina, onde ambos os conceitos estão relacionados a debates acalorados envolvendo grupos político-partidários. Assim sendo, este subtítulo não pretende realizar uma análise detalhada do processo de formação da nacionalidade uruguaia, mas sim do papel determinante de Artigas nesse processo que percorreu todo o século XIX. Dessa forma, espera-se que a abordagem comparada do herói uruguaio com o brasileiro venha a contribuir no sentido de que a comparação pode evidenciar alguns elementos que, se vistos isoladamente, podem passar despercebidos pelo analista.

Na Biografia de Artigas, de Izidoro de Maria, Deán Funes refere-se a ele como um personagem ambíguo, ao mesmo tempo sensível e indiferente, um patriota com fidelidade suspeita, linguagem de paz e uma inclinação natural para a discórdia. Em outro documento é qualificado de “novo Átila das comarcas desgraçadas que tem protegido” e, mais adiante como “lobo devorador e sangrento em pele de cordeiro”.

Todavia, os panfletos e artigos pejorativos publicados contra Artigas na imprensa de Buenos Aires lhe causavam apenas indiferença, afirmava com uma dose de ironia que “minha gente não sabe ler”. No decorrer da segunda metade do século XIX, com a publicação das obras de Izidoro De Maria, Antonio Deodoro de Pacual, Francisco Berra, houve a recuperação da memória de Artigas como o precursor da revolução e, conseqüentemente, da nacionalidade uruguaia. São adjetivos contraditórios,

ora como um gênio, extraordinário por suas virtudes e ideias; ora descrito como um monstruoso e execrável bárbaro. Obviamente a primeira versão mostra-se distorcida e aparentemente falsa e a segunda notadamente exagerada.

As difamações e até ofensas que Artigas recebeu dos jornais de Buenos Aires na sequência da Revolução de Maio, por se rebelar contra a Junta centralista daquela cidade, inflamando províncias como Entre-Rios e Corrientes, foram semelhantes às de Tiradentes antes da proclamação da República. No final, porém, o que era ambíguo se transformaria em unanimidade, sobretudo com as obras de Francisco Bauzá e de Maria Izidoro, em sua biografia, descreve “El Jeneral D. José Gervasio Artigas [como] fundador de la nacionalidad Oriental.” Com tons que apelam para a religiosidade, tal como o herói brasileiro, Artigas o cruel novo Átila, aparece sob a aura de “iniciador, apóstolo, soldado e mártir”.

O historiador Eduardo Scheidt, especialista em nacionalismo na região platina, contrasta a historiografia tradicional, na qual o nacionalismo já estaria presente à época das lutas de independência com a versão de Carlos Chiaramonte, onde o fator nacionalismo seria um “mito de origem” das nações latino-americanas. Pautado na tese de Chiaramonte, nossos heróis analisados neste artigo ganham ainda mais destaque como fatores determinantes na formação do nacionalismo brasileiro e uruguaio.

Carlos Chiaramonte (1991b) lançou a tese de que as nacionalidades latino-americanas, ao contrário do que a historiografia costumava afirmar até então, seriam inexistentes na época da independência e primeiras décadas posteriores. O autor tece inúmeras críticas à produção historiográfica

anterior, que costumava apontar as independências como o marco do surgimento das nacionalidades. Para Chiaramonte, isto não passaria de um “mito das origens” das nações na América Latina (SCHEIDT, s-d, p. 03).

Para Bartolomé Mitre, um dos maiores representantes da historiografia tradicional argentina, a partir dos processos revolucionários de 1810 e 1816, com o colapso do colonialismo em 1820, inaugurou-se um período de “democracia genial”, embrionária e anárquica, que lentamente passaria por etapas da construção da nação que, em última instância já estaria pré-configurada no período colonial. Já para Vicente Fidel López a nação argentina foi fundada logo após as lutas de independência, mas sua ação política teria sido retardada pela ação dos caudilhos. “O Congresso de Tucumán, em 1816, declarou a total independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e é, na concepção de López, o marco fundador da nação argentina” (SCHEIDT, s-d, p. 09).

No caso da historiografia tradicional uruguaia, há uma divisão entre autores que, de modo semelhante aos colegas argentinos, defenderam a existência de uma nacionalidade preexistente e historiadores que, ao invés de sentimento nacional, preferiram falar em “autonomia” do território que hoje constitui o Uruguai. De acordo com Blanco Acevedo e Juan Pivel Devoto, a nacionalidade uruguaia já estava configurada desde as origens de sua formação social (*apud* SCHEIDT, s-d, p. 07).

Por outro lado, Gerardo Caetano, seguindo os passos do colega argentino Chiaramonte, defende a tese da inexistência de qualquer identidade nacional na época de fundação do Estado independente. Conforme o autor,

o Uruguai nasceu antes dos uruguaios, num processo em que o Estado precede a nação. O historiador sustenta a ideia de que o nacionalismo só começou a se configurar em seu país no final do séc. XIX, com a modernização capitalista (CAETANO, 1992, p. 81. *Apud* SCHEIDT, s-d, p. 17).

Eduardo Scheidt (p. 23) conclui que “todos os estudos renovadores são unânimes em demonstrar que as nações (da forma como atualmente estão constituídas) não surgiram concomitantes às proclamações de independências, e sim foram fruto de um longo e conturbado processo de construção dos Estados nacionais na região”, e sua difusão global é interpretada ora pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação.

Nelson Martinez Diaz, em *La Historiografia Uruguaya Contemporanea*, apresenta duas versões historiográficas no século XIX. Uma tipicamente partidária onde os colorados eram descritos como representantes “da civilização, do progresso, da ilustração, em contraposição, seus adversários aparecem reduzidos à barbárie, e associados à nostalgia do passado” (MARTINEZ DIAS, s-d, p. 11). Ao mesmo tempo emergiu a consciência de que existia um problema nacional cujas origens reclamavam os historiadores. Esse fator ajudou a superar a dualidade partidária e a figura de José Gervasio Artigas, portadora de uma ideologia radical revolucionária foi resgatada em toda a sua significação. Sua atuação conduziu a uma revalorização do processo histórico, suas diversas interpretações levaram ao afinamento do processo crítico. Nessa corrente historiográfica destacam-se autores como Izidoro de María, Carlos María

Ramirez, Juan Zorrilla de San Martín e Eduardo Acevedo.

Esta visão da historia emanava da constituição de 1830, liberal e elitista, não poderia oferecer outra imagem de Artigas que a inspirada em sua maneira de ver o mundo. Surge, portanto, o herói do civilismo, o ideólogo do federalismo, seu comportamento exemplar.

Fabio Wasserman, em *Relato histórico e identidad nacional en la nomenclatura de Montevideo de 1843*, atribui a André Lamas que, como chefe político e da polícia de Montevideu, organizou o ordenamento urbano e a partir disto, “una pedagogia patriótica capaz de aportar a la consolidación de la identidad nacional” (WASSERMAN, 2010, p. 07) . A conjuntura política também influenciou o “plano de Lamas”, uma vez que procuravam se diferenciar de seus inimigos, especialmente Rosas a quem consideravam retrógrado e contrário à Revolução de Maio. “De este modo procuró consagrar una serie de nombres simbólicos que pudieran sobrevivir a los enfrentamientos y que, a la vez, identificaran a La nacionalidad uruguaya, a los que sumó otros relacionados con su geografía y sus instituciones, que reforzaban ese objetivo” (*Idem*, p. 08)

A nova nomenclatura de ruas, praças e prédios públicos efetivada por Lamas já evidencia a apropriação da memória coletiva como instrumento de construção da nacionalidade uruguia. Ainda que o nome de Artigas seja pouco citado naquele momento [1843], um período conturbado de guerras e incertezas políticas, o culto ao seu nome como “o fundador da nacionalidade oriental” só iria aumentar no decorrer daquele século, sobretudo após sua morte.

Considerações finais

É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino (Benedict Anderson).

Se comparadas, a teoria metodológica de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, com a tese dos historiadores revisionistas como Chiaramonte e Gerardo Caetano, aliadas a esta análise direcionada ao mito de origem da nação ou herói nacional, ficará evidente que o longo processo de criação das nacionalidades do cone-sul não estão restritas ao período das lutas de independência [de 1810 a 1816]. Aceitar a tese de Blanco Acevedo e Juan Pivel Devoto, de que a nacionalidade uruguaia já estava configurada desde as origens de sua formação social seria cair na armadilha do anacronismo, uma vez que o conceito de nação e nacionalismo eram inexistentes naquele contexto. Os discursos do passado, tanto na obra dos historiadores uruguaios citados, como de argentinos como Mitre e Fidel López, estaria em função do presente, dos interesses políticos pretéritos, em busca de uma identidade nacional.

Abordar as nacionalidades platinas é como caminhar num campo minado, está repleto de perigos e, nesse sentido, qualquer convicção ou conclusão precipitada seria infundada; nesta temática, certezas podem reduzir-se ao equivoco. Portanto, no que se refere à análise comparada dos mitos de origem nacionais, este breve estudo referenda a tese dos historiadores revisionistas como Chiaramonte e Caetano. Citando Roland Barthes, as décadas subseqüentes às independências havia um discurso “do poder e entre o poder”, acrativo e encrático, refletindo as elites dirigentes que se alternavam no poder buscando um sentido identitário, criando memórias e utopias, construindo o ser nacional, dando

sentido ao coletivo. E, nesse sentido, foram “comunidades imaginadas” e “tradições inventadas”.

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística humana (ANDERSON, 2008, p. 78).

Apenas no final do século XIX essa interação foi possível na América Latina, o que coincide com a apropriação coletiva do herói nacional, identificando povos isolados, comunidades primitivas, culturas diversificadas, num projeto único de nação. Artigas, como Tiradentes foram determinantes para a consolidação desses projetos, aproximando povo e Estado, num consenso quase inseparável atualmente.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARDAO, Ma. Julia – CAPILLAS DE CASTELLANOS, Aurora, *Bibliografía de Artigas*, Montevideo, Comisión Nacional del Archivo Artigas, 1958, dos tomos.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JARDIM, Marcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

MARTINEZ DIAZ, Nelson, *La historiografía uruguaya contemporánea*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02116111/articulos/QUCE8383120039A.PDF>, fecha de consulta: 21 de julio de 2011.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. Tradução João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ODDONE, Juan, “La historiografía uruguaya en el siglo XIX. Apuntes para su estudio”, en *Revista Histórica de la Universidad*,

Montevideo, segunda época, nº 1, 1959, pp. 3-37.

REAL DE AZUA, Carlos, *El Uruguay como reflexión (I y II)*, en *Capítulo Oriental*, nros. 36-37, Montevideo, Centro Editor de América Latina, 1969.

SCHEIDT, Eduardo, “Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina”, en *Revista Eletrônica da Anphlac*, nº 5, <http://www.anphlac.org/periodicos/revista/revista5/dossie3.pdf>

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil 1500-1820*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

WASSERMAN, F. Relato histórico e identidad nacional en la nomenclatura de Montevideo de 1843”, en *Memoria y Sociedad*, nº 28, Bogotá, 2010, pp. 51-65.

Recebido em 2013-06-12

Publicado em 2013-12-11